

Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

Para a Escola Judiciária Eleitoral (EJESC) o ano de 2016 foi marcado pela consolidação da reestruturação administrativa promovida no ano anterior, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de atividades de formação de magistrados e de capacitação de servidores, de estímulo à pesquisa e à produção científica e das ações institucionais voltadas à participação política e ao fortalecimento da cidadania.

A partir da publicação das Resoluções TRESA n. 7.927/2015 e 7.928/2015, a EJESC passou a ser responsável por todas as atividades de formação inicial e continuada de juizes eleitorais e do quadro funcional, incluindo o treinamento dos servidores para atuação nas eleições e na execução de projetos estratégicos, a exemplo do cadastramento biométrico dos eleitores.

No campo da governança, foi um ano dedicado à participação intensa da EJESC no desenvolvimento de proposição nacional do Planejamento Estratégico para as Escolas Judiciárias Eleitorais, cujo plano resultante, encaminhado ao VII CODEJE pela Direção da EJESC, será executado em Santa Catarina já no exercício de 2017, servindo como fonte de alinhamento para o Plano Político Pedagógico e para as iniciativas táticas e operacionais.

Quanto às demais ações em destaque, seguem distribuídas de acordo com a ordem de aprovação no PAT 2016:

1 Encontro do VII CODEJE

As reuniões de trabalho do VII Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (CODEJE) de todo o país ocorreram nos dias 31.3 e 1º.4.2016, nas instalações do Majestic Palace Hotel, em Florianópolis/SC.

Na ocasião, os integrantes das EJE discutiram propostas para o desenvolvimento dos temas Cidadania, Pesquisa/Publicação, Capacitação e Planejamento Estratégico das Escolas.

- **Eixo Cidadania:** Deliberação no sentido de que as Escolas Judiciárias Eleitorais de todos os regionais passariam a ter importantes ações voltadas à promoção da cidadania, porém, de forma não dispersa e, sim, unificada. Isto no intuito de atender ao preconizado pelo Conselho Nacional de Justiça, fazendo com que ocorra a aproximação do Poder Judiciário com a sociedade. Ficaram estabelecidos, então, vários objetivos a serem alcançados mediante essas ações: Despertar e resgatar a cidadania através de aulas sobre o processo eleitoral; Promover a inclusão do jovem matriculado na rede escolar de ensino buscando despertar sua consciência cívica por meio de reflexões; Incentivar o jovem a participar do processo democrático facilitando sua inscrição no cadastro nacional de eleitores. Nesse VII CODEJE, chegou-se à conclusão que é necessário investir na educação para a cidadania política, pois ao contrário da educação ambiental, educação para o trânsito, educação para as relações de consumo, nada há voltado para a educação para a cidadania, política em especial. Conclui-se, portanto, ser necessária e imprescindível a capacitação de formadores para a implantação em todas as EJE e, a partir disso, possibilitar a disseminação em âmbito nacional.

- **Eixo Pesquisa/Publicação:** A EJESC apresentou as seguintes propostas para implementação no âmbito nacional: fortalecimento das revistas produzidas pelos TREs para

Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

qualificação como revistas científicas, formação de núcleos de pesquisa, desenvolvimento de programa de Mestrado em Direito Eleitoral e a criação de uma revista específica sobre a temática da cidadania. Destaca-se que todas as propostas foram aprovadas integralmente pelos Diretores das EJEs e encontram-se em estágio de estudo e desenvolvimento para adiante serem implementadas.

- Eixo Capacitação: considerando que pouquíssimas das Escolas Judiciárias do país são responsáveis pela Capacitação no âmbito de seus Regionais, foram abordados temas relativos à necessidade de constituir um programa de desenvolvimento profissional, dentro das diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, prevendo convênios entre a Escola do TSE e a ENFAM, para capacitar magistrados eleitorais e servidores das EJEs nos cursos de formação de formadores nas matérias, bem como 1) Itinerário Formativo para Juízes - Elaboração de um plano nacional com indicação de currículo anual e horas de capacitação mínimos, tendo por base as diretrizes da ENFAM e o itinerário formativo do Rio de Janeiro para definição das competências e conteúdos mínimos para a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados; 2) Curso EAD de Formação Básica do Juiz Eleitoral - Propõe-se que seja oferecido na plataforma moodle da ENFAM um núcleo comum para formação básica que será complementado pelas EJES. Seriam criadas turmas anuais pelos regionais de acordo com o cronograma estipulado por cada EJE; e 3) Pós-graduação lato sensu - Oferecer especialização preferencialmente em Direito Eleitoral.

- GT Planejamento Estratégico: Ficou estabelecida proposta de construção coletiva em quatro etapas: 1.Diagnóstico e preparação das propostas iniciais de Base Estratégica (Missão, Visão, Valores); 2.Apreciação das propostas pelos gestores; 3.Envio às EJEs para validação referentes às características locais e seleção; 4.Desdobramento estratégico – perspectivas, objetivos, ações, indicadores, metas. Determinou-se a adoção do Planejamento Estratégico do TSE como fonte primária de alinhamento. A execução do plano estratégico próprio das EJEs contribuirá para cumprir a missão e alcançar os objetivos da Justiça Eleitoral. Concluiu-se por estabelecer como valores estratégicos das EJEs a ética, cidadania, valorização do ser humano, a inovação, a responsabilidade socioambiental, a efetividade e a excelência. Houve, ainda, uma reunião do Grupo de Trabalho estabelecido pelo TSE para propor um planejamento estratégico para as EJEs, contando com a consultoria técnica da AEPE/TRESC. Como resultado da reunião, foi aprovada a Base Estratégica Corporativa (missão, visão e valores), e determinado por este grupo o desenvolvimento dos seus desdobramentos a todas EJEs. Porém, em cada realidade local, que melhor suporte os objetivos definidos, cada EJE também definirá e aprovará metas locais para cada indicador, respeitando os intervalos válidos definidos a serem medidas e publicadas anualmente. A partir daí os planos de ação locais de cada EJE passarão a ser construídos e acompanhados tendo em vista o alinhamento estratégico, o alcance dos objetivos, o cumprimento da missão e a realização da visão.

2 Revista Resenha Eleitoral

Dando continuidade ao processo de reativação da revista impressa Resenha Eleitoral e ao escopo da sua qualificação como periódico científico, a EJESC publicou, no dia 8 de julho passado, o

Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

seu volume 20, n. 1 de 2016 – em parceria com a Seção de Publicações Técnico-Eleitorais da Secretaria Judiciária deste Tribunal, com a Academia Catarinense de Letras Jurídicas (ACALEJ) e com a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

O lançamento da nova edição da revista ocorreu no Congresso Catarinense de Direito Eleitoral, evento realizado pela EJESC em parceria com a OAB-SC e ALESC, nos dias 7 e 8 de julho de 2016, no auditório do TJSC. Nesta ocasião, parte dos 500 exemplares produzidos foram dispostos em estande de apresentação e distribuídos aos participantes.

Importa destacar que essa edição já cumpriu 13 dos 15 requisitos e critérios mínimos exigidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), na área Direito, para que se qualifique como periódico científico.

As versões eletrônicas da edição atual (volume 20, n. 1 - 2016) e das anteriores, com acesso irrestrito ao público externo, foram disponibilizadas no site da Resenha Eleitoral, onde também consta formulário eletrônico para o envio dos artigos científicos que serão submetidos.

Os esforços acima descritos repercutiram na mais recente avaliação da CAPES – Área Direito, divulgada em outubro, contendo a elevação do estrato da Resenha Eleitoral para B5, figurando a Resenha Eleitoral como o periódico de maior qualificação no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais.

3 Especialização e mestrado em Direito Eleitoral e Gestão na Justiça Eleitoral

Com vistas a qualificar o quadro de Magistrados e Servidores Eleitorais, bem como à formação de instrutores, palestrantes e corpo docente específico no quadro de servidores e de juízes eleitorais do TRESA, a EJESC estabeleceu contatos com instituições de ensino conceituadas e credenciadas junto ao MEC, cujas propostas foram submetidas à Alta Administração para a análise de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, em matéria eleitoral e gestão pública.

Essa iniciativa visa também o desenvolvimento da cultura institucional de pesquisa, fomento, debate e aperfeiçoamento em matéria eleitoral, uma vez que, por meio da pós-graduação, são gerados artigos científicos para a Revista Resenha Eleitoral.

Para oferecimento de pós-graduação, foram realizados contatos junto à Coordenação da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, que resultaram em estudos para viabilização de Pós-graduação em Direito Eleitoral, com previsão de oferecimento das aulas presenciais nas dependências do TRESA.

Em complemento, encontra-se em fase de ajustes a proposta de convênio com vistas ao oferecimento e reserva de vagas para o Mestrado em Ciências Jurídicas e Gestão Pública, cujas aulas serão ministradas em Itajaí, na sede da Universidade.

No que se refere à magistratura, a EJESC firmou importante parceria com a Academia Judicial do TJSC, com o objetivo de promover a formação continuada de juízes eleitorais por meio de curso de Direito Eleitoral em EAD.

Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

4 Convênios e termos de cooperação técnico-científica

Com vistas a estabelecer intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e a promoção de ações, programas ou projetos de interesse comum, a EJESC realizou diversos contatos para parceria com larga gama de entidades com interesses compatíveis com sua missão estratégica.

A Escola contactou Instituições de Ensino distribuídas no Estado de Santa Catarina acerca do interesse em estabelecer convênios com o TRESA, visando ao oferecimento de descontos nas mensalidades aos servidores e respectivos dependentes.

As seguintes instituições de ensino firmaram convênio com a EJESC: Faculdade Metropolitana do Planalto Norte (FAMEPLAN), Faculdade Decisão (FADEC), Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), mantenedora da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e Sociedade Civil Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil Ltda.

5 Capacitação

5.1 Ações de capacitação – Presenciais ou em EaD

A EJESC participa ativamente do gerenciamento e da execução do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD) de 2016 do TRESA, envolvendo contratação de treinamentos (externos e in company), bem como das ações de capacitação afetas às Eleições 2016 aprovadas pelo Grupo de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Projeto Eleições (GAPE).

As ações de Educação a Distância (EAD) relativas às Eleições 2016 tiveram início com um curso de Formação de Tutores em EaD, realizado em março, com o objetivo de formar tutores capazes de formular estratégias e fomentar a efetiva participação dos servidores.

Ainda em relação às ações de capacitação em EAD, a Assistência de Educação a Distância acompanhou o trabalho dos conteudistas, desde a concepção inicial dos cursos, colaborando com a definição de estratégias de aprendizagem e sugerindo formas de apresentação dos conteúdos, até a fase de *design* instrucional de todos os cursos para, finalmente, criar os conteúdos disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem do TRE/SC.

Foram realizadas as ações de capacitação previstas pelo GAPE para as Eleições 2016. Além delas, os cursos previstos no PACD/2015, que foram transformados para ambiente de EAD, estão em processo de disponibilização ao conjunto de servidores do TRE/SC no ano de 2016, mesmo considerando a necessária priorização dada aos conteúdos diretamente relacionados às Eleições 2016.

A área de Capacitação da EJESC, que trabalha com atividades distribuídas entre as Assistências de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos (ACERA) e a de Ensino a Distância (EaD), executou todas os treinamentos previstos para as Eleições 2016 e cumpriu as seguintes demandas abaixo detalhadas:

Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

- **Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos:** procedeu à contratação de eventos externos e in company, bem como o acompanhamento de eventos sem custos, gerenciando a execução do PACD 2016, tanto nos treinamentos ordinários como nos relacionados às Eleições. Para tanto, foram contratados 4 (quatro) treinamentos a distância, 63 (sessenta e três) eventos presenciais, e 7 outros estão em contratação ou execução na data de confecção deste relatório. Dentre os presenciais, 9 (nove) foram relacionados às Eleições 2016.
- **Assistência de Ensino a Distância:** durante o ano de 2016 executou prioritariamente as capacitações de cunho eleitoral, em cumprimento a decisão específica do Conselho Deliberativo da EJESC. Todas as capacitações de cunho eleitoral foram executadas, exceto sobre Prestação de Contas - Normas e Análise, as quais foram desenvolvidas pelo TSE E TRE-SP, respectivamente, e nas quais a Assistência de Educação a Distância atuou como elo entre os diferentes órgãos, os tutores de conteúdo e os estudantes. A EJESC, por intermédio da Assistência de Educação a Distância, providenciou a disponibilização de todo o material dos cursos ministrados no ambiente virtual da Internet a fim de propiciar a consulta a qualquer tempo por parte dos interessados. Destaque-se que estes materiais foram disponibilizados também em formato PDF, o que permitiu a impressão do conteúdo caso houvesse interesse por parte dos alunos. Paralelamente a isso e já tratando das atividades do ano de 2017, a Assistência de EAD deu início, em novembro de 2016, à revisão do curso de Biometria – Atendimento ao Eleitor que deverá ser incluído no plano de expansão do atendimento biométrico, com previsão para março de 2017. Dessa forma, toda a identidade visual do curso foi redefinida e repaginada, com a inclusão de infográficos, ilustrações, fluxogramas e animações. Teve início também a revisão da identidade visual do curso de “Excelência no Atendimento ao Cidadão” para torná-lo mais dinâmico, lançando mão do uso de ilustrações, infográficos e animações.

5.2 Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento/2017

A formulação do PACD 2017 foi gerenciada pela EJESC, por meio da Titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/EJESC e com o apoio da estrutura da Escola. O resultado deste trabalho será submetido ao Conselho Deliberativo da EJESC em sua reunião ordinária inicial de 2017. Após, iniciar-se-ão os contatos com as empresas de educação para contratação dos treinamentos constantes do levantamento.

5.3 Projeto Pedagógico e Plano Plurianual de Capacitação

Com vistas ao Projeto Político Pedagógico, a EJESC participou do curso de Formação de Formadores na ENFAM e, em consulta ao corpo técnico altamente capacitado daquela instituição, recebeu a orientação de construir tal Projeto juntamente com pedagogos, haja vista a complexidade e a importância deste documento para o sucesso de uma instituição que lida com ensino e pesquisa, eis que tal instrumento estabelece as diretrizes estruturais das Escolas Judiciárias, contribuindo para focar ações, evitando retrabalhos.

Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

Em complemento, a AAAP/EJESC, com o intuito de reunir elementos que auxiliem a elaboração do projeto pedagógico da EJESC, promoveu diversos encontros com profissional pedagogo do Ministério Público de Santa Catarina, para a troca de informações e experiências, além da correspondência de materiais pertinentes ao assunto.

A EJESC prosseguirá participando de reuniões com a Escola de Governo do Ministério Público de Santa Catarina - Centro de Estudo e Aperfeiçoamento (CEAF) - e com a Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para fins de aperfeiçoamento pedagógico e troca de experiências (Boas Práticas).

6 Ações para Cidadania e Eleições

6.1 Candidatos e Partidos Políticos

A EJESC promoveu, organizou e participou de uma série de eventos e iniciativas com o objetivo de informar e orientar possíveis candidatos e dirigentes de partidos políticos dos direitos e deveres inerentes à participação na política, tanto no que se refere à vida partidária quanto à campanha eleitoral, tratando da legislação eleitoral, em geral, das causas de inelegibilidade, das condições de elegibilidade, das convenções partidárias, do registro de candidatura, da propaganda, das condutas vedadas, do abuso do poder econômico e do poder político, e de ilícitos administrativos e criminais, a exemplo dos seguintes:

- Programa de Qualificação de Candidatos e Eleitos: A EJESC tem coordenado, até a presente data, todas as ações que envolvem o programa, que tem o intuito de promover ações de qualificação dos agentes públicos eleitos, aprimorar a gestão municipal, prevenir irregularidades e desenvolver uma visão ampla e integrada da administração, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a transparência, a eficiência e a responsabilidade dos gestores e legisladores municipais. No atual segundo estágio do programa (Projeto “Qualifica, Mandato de Excelência”) estão sendo desenvolvidas ações, em parceria com Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), Banco do Brasil S/A. (BB/SA), Federação Catarinense de Municípios (FECAM), Fundação Escola de Governo (ENA/SC), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Governo do Estado de Santa Catarina, Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC), Ordem Dos Advogados do Brasil Santa Catarina (OAB/SC), Tribunal de Contas do Estado De Santa Catarina (TCE/SC) e União dos Vereadores do Estado De Santa Catarina (UVESC), voltadas a três grandes eixos: Qualificação, Boas Práticas e Gestão de Excelência.

- I Congresso Catarinense de Direito Eleitoral do TRESA e IV Congresso Catarinense de Direito Eleitoral da OAB: contou com 961 participantes e foi realizado pelo TRESA, por meio da EJESC, em parceria com a OAB/SC e ALESC.

- Semana Eleitoral: realizada de 4 a 8 de julho, teve como tema a preparação para as Eleições Municipais de 2016, com palestras aos servidores, reunião com representantes dos partidos políticos, reunião com juízes eleitorais e treinamento dos chefes de cartório.

- Seminários Regionais Eleitorais, voltados à temática das novas regras para as Eleições Municipais 2016 (Lei n. 13.165/2015), contou com a participação de Juízes, Promotores, Advogados,

Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

Servidores Públicos, Partidos Políticos, candidatos e lideranças comunitárias. Realizados entre abril e julho de 2016, os eventos foram realizados em Florianópolis, Mafra, Joinville, Itajaí, São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Araranguá, Criciúma, Tubarão, Lages, Rio do Sul e Blumenau. O TRESA participou de todo o processo de planejamento e execução do aludido evento por meio da EJESC, além de contribuir com o evento por meio das palestras “Financiamento de Campanha”, “Prestação de Contas” e “Convenção e Registro de Candidatura”.

- Congresso realizado em parceria com a Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC): no evento foram realizadas palestras aos contadores e dirigentes partidários, com foco na atualização da legislação eleitoral.

6.2 Eleitor

A EJESC promoveu, organizou e apoiou eventos de ações para a cidadania, com o intuito de informar os direitos e deveres dos eleitores relativamente à importância do voto, à ilicitude da compra e venda do voto, às condutas vedadas aos candidatos e ao abuso do poder econômico e político.

- Campanha A Vitória da Democracia: com objetivo de estreitar os laços entre a Justiça Eleitoral catarinense e a sociedade, estimulando um comportamento ético responsável e fiscalizador por parte do eleitor, foram realizadas palestras sobre Direitos Humanos, Democracia, Cidadania e Eleições, com exposição de vídeos de divulgação e de apresentação, distribuição de cartilha impressa e apresentação de sua versão eletrônica em instituições de ensino e estudantes de todo o Estado. No período que antecedeu as Eleições 2016, servidores e Magistrados Eleitorais multiplicaram a campanha para aproximadamente 1.450 alunos de ensino médio e cursos técnicos.

- Dinâmica “Poder, Eleições e Orçamento”: foram realizadas exposições em Escolas com apoio em slides e dinâmica de votações (eleições) e decisões relativas ao poder, institucionalizado ou não (revolução e/ou golpe de estado), notadamente no que se refere a políticas públicas e orçamento público. Demonstração de que a democracia não se confunde com “regime da maioria”. Reforço, por meio de práticas, das diferenças entre: democracia representativa e participativa; voto direto e indireto; propostas de campanha e políticas públicas; políticas públicas de Estado e de Governo.

6.3 Programa Eleitor do Futuro

O Projeto Eleitor do Futuro não foi desenvolvido no âmbito do TRESA em 2016. Porém, em parceria com a Escola do Legislativo da ALESC estão em fase de alinhamento as iniciativas previstas para a realização do projeto Jovem Eleitor.

Com base neste projeto, o Centro Educacional Menino Jesus, com sede em Florianópolis, mediante o Ofício n. 019/2016, solicitou a realização de visitas com os alunos dos 3^{os} anos, na faixa etária de 08 anos, ao Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes. Essas visitas têm o objetivo de ampliar o conteúdo estudado em sala de aula – “Aspectos políticos municipais” – eleições, votos, atribuições dos prefeitos e vereadores, função do Tribunal Regional Eleitoral de

Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

Santa Catarina na condução dos trabalhos voltados às eleições, bem como para propiciar aos alunos conhecerem parte da história e a evolução das eleições, mediante visita e palestra proferida por servidor do TRESP. Do Centro Educacional Menino Jesus (CEMJ), organizaram-se 06 (seis) turmas de alunos as quais visitaram o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no período de 29/08 e 02/09/2016.

De igual forma, o Colégio do Campeche, com sede em Florianópolis, também solicitou a realização de visitas dos alunos do 3º, 4º e 5º anos, com idades entre 08 e 10 anos. As visitas agendadas realizaram-se nos dias 16 e 23/09/2016.

E experiência demonstrou-se exitosa, na medida em que foi possível vislumbrar a satisfação das crianças (futuros eleitores) em realizar tal visita. Razão pela qual, serão realizados futuros agendamentos com outras escolas do município da região da Grande Florianópolis.

6.4 Segurança do processo eleitoral – Eventos sobre a segurança do voto eletrônico

A EJESC realiza iniciativas para disseminar informações relativas à segurança do processo eleitoral, notadamente no que se refere aos mecanismos de controle e auditoria, tanto para o público interno quanto para o público externo, a exemplo da palestra em apoio às atividades da Votação Paralela acerca dos temas “Eleições e Mídias sociais e Votação Paralela” e “Segurança da Urna Eletrônica”.

6.5 Visitas técnicas dirigidas ao TRESP

A EJESC é responsável pelas visitas técnicas dirigidas ao TRESP. Tal atividade consiste no contato da instituição com o Tribunal, na inscrição preliminar pelos interessados, no credenciamento para acesso, visita temática (Memorial, Pleno, Biblioteca), distribuição de material e palestra aos visitantes. Eventualmente, é realizada prática de votação com urna eletrônica. O público-alvo, atualmente, é de discentes de instituições de ensino superior, notadamente do curso de Direito.

Voltada mais especificamente a acadêmicos do Curso de Direito, apresenta as funções, atribuições, competências (jurisdição), estrutura e composição da Justiça Eleitoral. Após a exposição, os visitantes são convidados a assistir a sessão do Pleno. Em havendo possibilidade (disponibilidade de tempo), os visitantes realizam visita dirigida ao Centro de Memória Des. Adão Bernardes.

Proposta de adequação dessa iniciativa, na forma do Projeto “Conhecendo a Justiça Eleitoral catarinense” foi apresentada à Direção da Escola, para que seja desenvolvida programação para diferentes públicos, tanto de ensino fundamental, de nível médio e superior.

7 Licenças para capacitação

Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

A EJESC, com fulcro na Resolução TRESA n. 7.928/2015, gerencia os procedimentos relativos a requerimentos de licença para capacitação.

As atribuições referentes ao processamento dos aludidos pedidos - autuação, juntada de documentos, diligências e elaboração de pareceres acerca do preenchimento ou não dos requisitos legais para a concessão ou denegação -, estão distribuídas entre as Assistências da Escola.

Registra-se que tramitaram 26 requerimentos de Licença Capacitação que resultaram em deferimento, indeferimento ou baixa em diligência dos aludidos procedimentos de licença para capacitação pela Vice-Diretoria da EJESC, por delegação do Diretor.

8 Adicionais de Qualificação

Os procedimentos de averbação de certificados de ações de capacitação também passaram - a partir de 9.11.2015 - a ter participação da EJESC, por meio da prestação de informações, conforme a Resolução TRESA n. 7.928/2015 e na forma das determinações do Conselho Deliberativo e Técnico-Científico constantes nas atas da Reunião Ordinária de 21.8.2015 e da Reunião Extraordinária de 15.10.2015.

A Assistência de Cursos, Eventos e Registros Acadêmicos (ACERA), até 31 de outubro, apropriou 511 BREVES de "Averbação de Certificados", o que significa que analisou a pertinência de mais de 5 centenas de certificados (cada BREVE pode ter até seis averbações) em relação à legislação que regulamenta a percepção dos adicionais de qualificação.

9 Considerações Finais

Desde a sua criação, a EJESC está em busca da qualificação de magistrados, membros do MPE, servidores da Justiça Eleitoral e, mesmo, de advogados militantes, através da atualização e especialização em Direito Eleitoral. Paralelamente, desenvolve ações institucionais de responsabilidade social e de projetos de educação para a cidadania política.

Vem buscando também o desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral.

Almejou-se, a fim de efetivar o Eixo Cidadania, promover a educação para a cidadania como tema no ensino médio, com o objetivo de preparar o jovem para participar ativamente do processo político-eleitoral.

Apesar de o orçamento anual da Justiça Eleitoral estar sujeito (a exemplo de todos os demais ramos da administração pública federal) a impactantes cortes e contingenciamentos no exercício de 2016, foi possível implementar uma série de iniciativas por meio das parcerias firmadas com outras instituições, a fim de viabilizar a execução dos programas e dos objetivos traçados no Plano Anual de Trabalho.



Relatório detalhado da execução do Plano Anual de Trabalho - PAT 2016

Para o ano de 2017 serão realizados eventos diversos como cursos, palestras, seminários, publicações e especializações, em busca do fortalecimento das instituições eleitorais que dão suporte ao processo democrático no Estado de Santa Catarina.